

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RICARDO LEONAM BORGES

**ASPECTOS METODOLÓGICOS DA REVOLUÇÃO KEYNESIANA:
Uma análise da adequação às revoluções científicas de Thomas Kuhn**

**Porto Alegre
2017**

RICARDO LEONAM BORGES

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA REVOLUÇÃO KEYNESIANA:
Uma análise da adequação às revoluções científicas de Thomas Kuhn

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gláucia Angélica Campregher.

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Borges, Ricardo Leonam

Aspectos Metodológicos da Revolução Keynesiana: uma análise da adequação às revoluções científicas de Thomas Kuhn / Ricardo Leonam Borges. -- 2017.

51 f.

Orientadora: Gláucia Angélica Campregher.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Metodologia da Economia. 2. Revolução Keynesiana . 3. Keynes. 4. Thomas Kuhn. I. Campregher, Gláucia Angélica, orient. II. Título.

RICARDO LEONAM BORGES

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA REVOLUÇÃO KEYNESIANA:

Uma análise da adequação às revoluções científicas de Thomas Kuhn

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, 22 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Glauca Angélica Campregher – orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Fernando Frota Dillenburg

UFRGS

Prof. Dr. Róber Iturriet Avila

UFRGS

Dedico este trabalho a meu pai Manoel
Cecílio Borges e minha mãe Elbacy
Roballo Borges a quem devo minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos assalariados deste país. Estes que nada têm além de sua força de trabalho e que a sacrificam diariamente para que muitos como eu tenham o privilégio de estudar em uma universidade pública, especialmente neste período turbulento marcado por ataques aos direitos dos menos favorecidos.

Agradeço, também, à minha família como um todo, mas especialmente meu irmão, Vinicius, que foi meu primeiro porto seguro, meu pai, Manoel, e minha mãe, Elbacy que, não contentes com o limitado papel de avós maternos, decidiram me dedicar seu amor incondicional.

Agradeço também ao professor Fernando Dillenburg, que me ajudou a encontrar inspiração em Marx e seguir em frente na economia no momento de maior dúvida e dificuldade ao longo da graduação.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à professora Glaucia Campregher que, além de minha orientadora neste trabalho, foi quem despertou minhas primeiras curiosidades enquanto aluno de economia. Sua entrega e parceria foram e continuam sendo inigualáveis.

O progresso é vagaroso, em boa parte, por pura inércia intelectual. Num assunto onde não há nenhum procedimento convencional para eliminar os erros, as doutrinas gozam de uma longa vida. Um professor ensina o que lhe ensinaram, e seus alunos, com todo o respeito e reverência pelos professores, estabelecem uma resistência contra seus críticos pela simples razão de que é dele que eles são discípulos.

Joan Robinson, 1979, p. 67

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma reflexão sobre os aspectos metodológicos da Revolução Keynesiana, analisando sua adequação à teoria das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn. A economia nasce com os fisiocratas na segunda metade do século 18 e permanece até os dias de hoje sob indefinição metodológica. A questão metodológica não se resume à simples descrição do ferramental analítico de cada escola de pensamento. O método de investigação guarda estreita relação com as premissas e conclusões dos investigadores, o que torna necessária para a sua investigação. Na década de 1930, John Maynard Keynes apresentou uma visão de mundo diferente da de seus predecessores, tendo, talvez em seu método de investigação, o aspecto mais importante da sua ruptura. Análise específica da Revolução Keynesiana, mostra a centralidade dos aspectos metodológicos. Como se já incorporasse as características do mundo pós-moderno, Keynes apresenta em sua obra uma visão de mundo evidentemente dissonante em relação aos seus predecessores. Podemos observar processo semelhante no que tange suas conclusões teóricas, o que valida a hipótese de adequação à teoria kuhniana, ainda que muitos economistas apontem evidências de inadequação da teoria das revoluções científicas de Thomas Kuhn à ciência econômica. Conclui-se que assumindo a centralidade da questão metodológica na Revolução Keynesiana, esta hipótese perde ainda mais força, pois podem ser observadas continuidades, materializadas no seu suposto caráter estruturalista kantiano (de racionalidade com base na observação) entre Keynes e economistas clássicos como David Ricardo.

Palavras-chave: Metodologia da Economia. Revolução Keynesiana. Keynes. Thomas Kuhn

Abstract

The present work aims at a reflection on the methodological aspects of the Keynesian Revolution, analyzing its adequacy to the theory of Scientific Revolutions from Thomas Kuhn. Economics was born with the Physiocrats in the second half of the 18th century and remains to this day under methodological uncertainty. The methodological question is not just a matter of simple description of the analytical toolkit of each school of thought. Method research closely rests with the researchers' premises and conclusions, which makes its investigation even more necessary. In the decade of the 1930's, John Maynard Keynes presented a different worldview than the one of his predecessors, being his method of research the most important aspect of his disruption. Specific analysis of the Keynesian Revolution shows the centrality of method. As if he has already incorporated the characteristics of the postmodern world, Keynes presents in his work a worldview clearly dissonant in relation to his predecessors. We can observe a similar process concerning his theoretical conclusions, what validates the hypothesis of adequacy to the Kuhnian theory, although many economists point evidences of inadequacy in Thomas Kuhn's theory of scientific revolutions to the economic science. It is concluded that assuming centrality of the methodological question in the Keynesian Revolution, this hypothesis loses even more force, since continuities can be observed, materialized in its supposed Kantian structuralist character (of rationality based on observation) between Keynes and classic economists such as David Ricardo .

Keywords: Methodology of Economics. Keynesian Revolution. Keynes. Thomas Kuhn

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da ciência de acordo com Thomas Kuhn.....	16
Figura 2 – Paradigmas em economia de acordo com Thomas Kun.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EP – Ensaio de Persuasão

ERC – Estrutura das Revoluções Científicas

LSE – *London School of Economics*

PPC – Programa de Pesquisa Científica

TG – Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda

TP - Um Tratado Sobre Probabilidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O MÉTODO E A EVOLUÇÃO CIENTÍFICA	13
2.1	O <i>FALSEACIONISMO</i> DE KARL POPPER.....	14
2.2	AS <i>REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS</i> DE THOMAS KUHN	15
2.2.1	O conceito de Comunidade Científica em Thomas Kuhn	17
2.3	OS <i>PROGRAMAS DE PESQUISA CIENTÍFICA (PPC)</i> DE IMRE LAKATOS. 17	
3	A QUESTÃO METODOLÓGICA E A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA	19
3.1	O MÉTODO NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO (HPE).....	20
3.1.1	A evolução da ciência econômica em traços largos	22
3.2	RAÍZES FILOSÓFICAS E OS GRANDES PARADIGMAS EM ECONOMIA ...	24
3.3	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA KUHNIANO À ECONOMIA.....	27
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA REVOLUÇÃO KEYNESIANA	30
4.1	A RUPTURA KEYNESIANA, OU, COM O QUE KEYNES ROMPE	31
4.1.1	O método de investigação da Escola Clássica de economia	32
4.1.2	O rigor dedutivo e as diferentes leituras de David Ricardo	34
4.1.3	O método de investigação da Escola Neoclássica de economia	36
4.2	A “VISÃO DE MUNDO” DE KEYNES.....	37
4.3	O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO KEYNESIANO	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Os primórdios da economia enquanto ciência datam da segunda metade do século 18 na França com os Fisiocratas. Por mais que pareça diletante debruçar-se sobre a questão do método quase 300 anos depois, a economia nasce, e permanece até os dias de hoje, sob indefinição metodológica. Cabe ressaltar, entretanto, que a questão metodológica não se resume na descrição estéril do ferramental analítico de cada escola de pensamento, ou de cada momento da história do pensamento. O método de investigação guarda estreita relação com as premissas, conclusões e contradições dos investigadores e debruçar-se sobre o método é ir no âmago destas questões.

Uma dicotomia central na questão do método em economia se manifesta entre os métodos indutivo, normalmente associado ao empirismo de Hume; e dedutivo, normalmente associado ao racionalismo de Descartes. Um exemplo clássico tido como racionalista, pelo menos dentro de sua leitura mais usual é David Ricardo; já Malthus, tornou-se um exemplo de empirista, tendo criticado Ricardo, inclusive, por sua atitude “precipitada de simplificar e generalizar”. A resolução das controvérsias entre diferentes correntes foi objeto de análise de diversos filósofos da ciência, um deles foi Thomas Kuhn, através da sua teoria das Revoluções Científicas, que versava já em 1962, sobre a evolução da ciência por meio de rupturas de paradigma.

Na década de 1930, período entre as duas guerras mundiais e subsequente à crise financeira de 1929, vimos uma grande ruptura no pensamento econômico protagonizada pela dita Revolução Keynesiana. John Maynard Keynes (1883-1946) apresentou uma visão de mundo diferente da de seus predecessores, tendo, talvez em seu método de investigação, o aspecto mais importante da ruptura. Sob essa hipótese, este trabalho tem por objetivo principal realizar uma reflexão sobre os aspectos metodológicos da Revolução Keynesiana, analisando sua adequação à teoria das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn. Em busca deste objetivo, será realizada uma revisão da literatura, tanto de algumas obras originais, quanto dos principais intérpretes do pensamento keynesiano e das teorias da mudança científica.

O trabalho contará com cinco capítulos incluindo esta introdução. No segundo capítulo, partindo do geral em direção ao específico, será apresentada a questão da evolução científica como um todo, com enfoque na *Estrutura das Revoluções*

Científicas (ERC) de Thomas Kuhn publicada em 1962, bem como seu conceito de comunidade científica, auxiliado pela exposição das contribuições de Karl Popper e Imre Lakatos

No terceiro capítulo, adentramos na questão metodológica específica da economia. Após uma breve reflexão sobre a contraditória definição de método e objetivo em economia, será apresentada, em traços largos, a evolução dos diferentes paradigmas ao longo da história do pensamento econômico, bem como as raízes filosóficas associadas aos mesmos. Por fim, retornaremos ao esquema kuhniano para uma breve análise de sua adequação à ciência econômica.

No quarto capítulo será apresentada a reflexão sobre os aspectos metodológicos da Revolução Keynesiana. Primeiramente faremos uma exposição do método de investigação com o qual Keynes rompe, partindo do paradigma clássico, passando pelo rigor dedutivista ricardiano e chegando, por fim, no método utilizado pela escola neoclássica. Em seguida apresentamos a visão de mundo em Keynes, para fins de transição à última parte do capítulo que nos debruçamos sobre o seu método.

No quinto e último capítulo deste trabalho, apresentaremos uma breve compilação das principais ideias apresentadas ao longo do trabalho. Por fim, se apresenta uma tentativa de reflexão sobre o alcance do objetivo e validação da hipótese levantada nesta introdução.

2 O MÉTODO E A EVOLUÇÃO CIENTÍFICA

O tema central deste trabalho, a saber, a Revolução Keynesiana, guarda no próprio nome a premissa de que a ciência progride. Esta premissa, não implica, no entanto, que os estágios anteriores do conhecimento científico foram necessariamente dotados de equívoco lógico. Para tomar emprestado um exemplo da física, a lei da gravitação universal publicada por Newton nos *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* em 1687, foi a principal referência para o entendimento da interação dos astros com a gravidade até 1915, quando da publicação da Teoria Geral da Relatividade por Einstein. A primeira não passou a ser tida como inválida, mas, simplesmente, como um caso específico da segunda.

Os principais filósofos do século XX que tentaram explicar o processo de evolução da ciência, ao que valha o reflexo deste processo na ciência econômica, mas também na ciência num sentido quase universal, foram Karl Popper (1902-1994), Thomas Kuhn (1922-1996) e Imre Lakatos (1922-1974). Popper, de origem austríaca e judaica, teve o início da sua formação na Universidade de Viena e passou a lecionar, em 1949, na *London School of Economics (LSE)*. Sua principal contribuição à filosofia da ciência, ao menos no que diz respeito ao escopo do presente trabalho, foi a teoria da falseabilidade. Kuhn, de origem estadunidense, teve sua formação em física na Universidade Harvard, onde também lecionou. Sua maior contribuição foi a ideia das revoluções científicas por meio das rupturas de paradigma. Por fim, Lakatos, de origem húngara e judaica como Popper, adquiriu seu doutorado em Cambridge em filosofia, trabalhando também na LSE, onde desenvolveu seus escritos sobre os Programas de Pesquisa Científica (PPCs).

Antes de adentrarmos na suposta ruptura paradigmática desempenhada na dita Revolução Keynesiana, é necessária a exposição da própria ideia de paradigma e de como diferentes paradigmas dialogam entre si ou questionam a existência um do outro. Neste sentido, apresentaremos no presente capítulo a teoria das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn, bem como o seu diálogo com as contribuições de Popper e Lakatos. Ainda que a contribuição de Kuhn desempenhe um papel mais central, para fins de continuidade, faremos a exposição dos três autores na ordem de publicação de suas obras de referência, primeiro *A Lógica da Pesquisa Científica*, de 1935; seguida d'*A Estrutura das Revoluções Científicas*, de 1962 e da *Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica* de 1978.

2.1 O FALSEACIONISMO DE KARL POPPER

Antes dos “paradigmas kuhnianos” assumirem notoriedade nas discussões sobre evolução científica, tivemos a onda do “falseacionismo popperiano. *A Lógica da Pesquisa Científica*, publicada por Karl Popper em 1935, com sua visão positiva internalista da descoberta científica, deu as bases para a teoria sobre metodologia de Milton Friedman e se tonou, ainda que indiretamente, base para o pensamento em metodologia em economia nas décadas de 50 e 60. Uma importante contribuição de Popper é a introdução da lógica do falseacionismo, que consistia em demarcar a cientificidade de uma teoria com base na possibilidade de sua refutação. A lógica do falseacionismo, apesar de parecer contra intuitiva num primeiro momento, constrói uma assimetria lógica com a ideia da prova. A ciência evolui, pois, por meio de um processo constante e contraditório de afirmação e refutação, estando, pois, em um estado de revolução científica permanente, sendo esta situação de “crise científica” o status normal do paradigma (para usar um termo kuhniano). (BLAUG, 1975).

A questão central para Popper era a definição daquilo que de fato era, ou não, científico. Entretanto, dada a maneira estocástica em que se dá a construção do conhecimento científico, uma simples refutação não necessariamente descarta a teoria posta sob análise, mas sim, altera a probabilidade de exatidão da mesma. Segundo Blaug (1975), esta seria a leitura mais profunda feita sobre a lógica do falseacionismo de Popper, em contraponto ao “falseacionismo inocente”, crítica apontada futuramente por Lakatos, que consistia em banir em definitivo as ideias falseadas.

Popper tinha uma postura marcadamente normativa sobre a construção da ciência, ou seja, tinha, por meio do seu falseacionismo, uma prescrição definida que deveria guiar a demarcação de cientificidade. Entretanto, a maneira como Popper entendia a aplicabilidade da sua teoria apresenta uma descontinuidade. Num primeiro momento, Popper defendia a unificação do método de investigação entre as ciências naturais e sociais. Entretanto, ao longo de sua carreira, relativizou este conceito, apresentando evidências de defesa de um dualismo metodológico, uma vez que relações como a de causa e efeito não necessariamente encontram lugar nas questões sociais. Ainda que, ao longo de sua obra, Popper tenha relativizado alguns de seus conceitos, as exigências quanto ao falseacionismo permaneceram e foram

incorporadas a conceitos como o de análise situacional. (FERNANDEZ, 2000).

2.2 AS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS DE THOMAS KUHN

Partindo da metodologia normativa de Popper em direção a uma história positiva, em 1962, Kuhn publica a primeira edição da *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Nessa obra ele afirma que a ciência estaria submetida a um processo contraditório de superação, culminado pela desintegração da ciência normal, pela quebra do paradigma predominante. Ainda que tenha sido originalmente designado às ciências naturais, as ciências sociais também acabaram sendo submetidas a esse arcabouço. Na economia, a Revolução Keynesiana é apontada como um exemplo de uma revolução científica kuhniana.

A carreira de Kuhn teve início na física, mas aos poucos, sua visão da evolução da ciência, ou seja, um processo contraditório de revoluções, encontrou lugar em outros ramos da ciência, inclusive as ciências sociais. Com as revoluções científicas, os membros da comunidade são forçados a reformular o paradigma, surgindo novas visões de mundo.

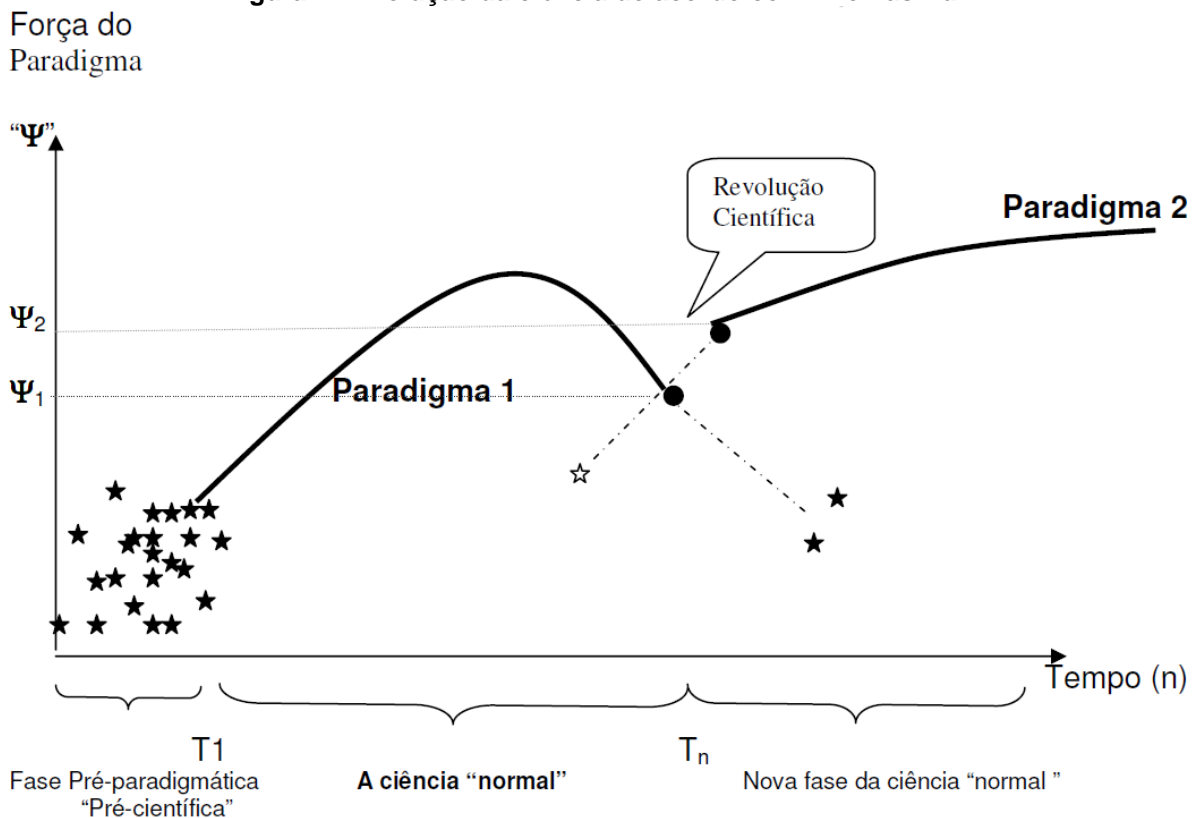
Num primeiro estágio de desenvolvimento do chamado esquema kuhniano, temos o que pode ser designado como fase pré-científica. Neste momento pré-científico, o empreendimento tomado a cabo pelos pensadores se dá de forma caótica, com várias escolas ou pesquisadores isolados disputando espaço. A passagem do estágio pré-científico para o estágio científico se daria quando um paradigma prevalece sobre as demais escolas que previamente competiam entre si.

A construção do paradigma desempenha papel central no esquema kuhniano. É importante ressaltar que a delimitação de um paradigma acaba por restringir a abrangência de análise de uma determinada ciência, entretanto, a construção de um paradigma permite a eleição de objeto e métodos de investigação claros que acabam proporcionando um resultado inevitavelmente maior. “Só a partir deste momento [da constituição do paradigma] é que se pode caracterizar a existência de uma determinada ciência” (VIERA e GARCIA FERNÁNDEZ, 2006, p.360). Após a constituição do paradigma, temos o que Kuhn define como ciência normal. Neste momento aparece o principal papel da comunidade científica, o desenvolvimento do paradigma (em contraponto ao período pré-científico de constituição do paradigma).

Como pode ser observado na figura 1 abaixo, quando a ciência normal se defronta com questões que não podem ser explicadas pelo paradigma vigente, este entra em estágio de crise. Neste estágio, os membros da comunidade científica se vêm obrigados a interromper o processo de desenvolvimento do paradigma vigente e partem em busca das novas questões. As respostas podem estar presentes dentro do próprio paradigma, neste caso, o mesmo não será questionado, caso contrário, se observa a derrocada da ciência normal por meio de um novo e, cabe ressaltar, esporádico processo de revolução científica. Nas palavras de Kuhn (2000):

A ciência normal desorienta-se seguidamente. E quando isso ocorre - isto é, quando os membros da profissão não mais podem se esquivar das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica - então começam as investigações extraordinárias nas quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais.

Figura 1 - Evolução da ciência de acordo com Thomas Kuhn



Fonte: elaborado por VIERA e GARCIA EFRNÁNDEZ (2006).

2.2.1 O conceito de Comunidade Científica em Thomas Kuhn

Em 1970, no posfácio da *Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn, em resposta às críticas levantadas à sua definição de paradigma, apresentou uma revisão dos seus conceitos, principalmente no que tange a definição de comunidade científica (CAVALIERI, 2007). Nesta revisão, Kuhn apresenta dois conjuntos que estariam envolvidos na construção do conceito de paradigma. Um destes conjuntos, diz respeito aos exemplares, uma espécie de guia para iniciantes na prática da ciência normal. O outro conjunto se divide em três instrumentos de construção científica, conforme Cavalieri (2007, p. 380-381):

(1) as generalizações simbólicas, que abrangem as fórmulas e leis formalizadas, verbal ou matematicamente; (2) as proposições de caráter metafísico; e (3) os valores e as normas esposados por um conjunto de cientistas, tais como acuidade, beleza, simplicidade, formalismo etc.

No item 3 recém mencionado, temos entendimento do conceito de comunidade científica, usualmente denominados em economia como “escolas de pensamento econômico”. Apesar de não ser a situação mais usual, Kuhn mostra que, diante desta revisão, podemos perceber que, principalmente nas ciências sociais, existe a convivência de mais de um paradigma. Até o final do século XIX, a ciência pouco contribuiu para o avanço tecnológico, tarefa que ficou sob responsabilidade de artífices, o que evidencia o deslocamento entre ciência e sociedade. Entretanto, desde a segunda metade do século XIX, com a articulação institucional voltada à formação científica, a articulação entre os meios internos e externos à construção científica foram ressignificados pela mediação da comunidade científica, sendo “um paradigma [...] o que os membros de uma comunidade científica, e só eles, partilham.” (KUHN, 1989).

2.3 OS PROGRAMAS DE PESQUISA CIENTÍFICA (PPC) DE IMRE LAKATOS

Lakatos publica, em 1978, a *Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica*. Ele começa o embasamento de sua teoria negando a possibilidade de validação científica por vias individuais. A validação científica deveria se dar por meio

de teorias interconectadas ou pelos Programas de Pesquisa Científica (PPC). A validação dos PPCs se dá por meio do que Lakatos chama de inflexões *progressivas* ou *degenerantes*. Se um PPC é capaz de apresentar evidências empíricas em superioridade à sua formulação anterior e, se estas evidências forem corroboradas, então o PPC passa por uma inflexão progressiva, do contrário, degenerativa. Entretanto, estas definições são relativas e não absolutas, assim como em Kuhn, um PPC pode deixar de ser científico e ser superado, mas também pode voltar a sê-lo (científico), marcando o caráter histórico da demarcação entre ciência e não ciência. Os PPCs são divididos em duas partes: o núcleo duro, irrefutável, uma vez que se sustenta sobre crenças metafísicas, e o cinturão protetor de hipóteses auxiliares que são responsáveis por sustentar as tentativas de falseamento por parte de programas de pesquisa alternativos. (BLAUG, 1975).

Lakatos, apesar de crítico à postura a-histórica de Popper, se mostra mais crítico, ainda, à postura relativista de Kuhn, complementando, então, a teoria da falseabilidade popperiana dando um caráter histórico à mesma. Enquanto simples metodologia normativa, a falseabilidade contradiz a si mesma (ou o seu próprio status enquanto ciência), pois se torna irrefutável; já enquanto teoria histórica, se torna perfeitamente refutável, o que torna a ideia de falseabilidade mais aceitável. Lakatos afirma que a história interna da ciência, ou seja, a evolução “objetiva baseada na metodologia” dos PPCs, deve ser privilegiada no processo de explicação da evolução científica. Vale ressaltar, ainda, que a história externa, quando tomada como fonte de consulta no entendimento da evolução da ciência, deve considerar não somente acontecimentos sociais e culturais, mas também a própria falha dos cientistas em atuarem de acordo com a metodologia do seu Programa de Pesquisa Científico (BLAUG, 1975).

3 A QUESTÃO METODOLÓGICA E A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

Duas definições básicas enfrentadas por teóricos de um campo do conhecimento na sua trajetória de afirmação enquanto ciência são o seu objeto de análise e seu método de investigação. Assim se observa também na ciência econômica. Uma vez posto este cenário na trajetória de afirmação, se faz importante assumir a premissa de que, por terem um campo de estudo que lida como comportamento humano, os economistas divergem. Vale ressaltar que esta premissa não é característica exclusiva da ciência econômica, tampouco é característica exclusiva de campos do conhecimento que ainda estão em fase de estruturação, ou seja, método e objeto são discutidos tanto em ciências nascentes, quanto em ciências maduras. Entretanto, “a economia é [...] uma ciência peculiar, separada, digamos, da física porque estuda ações humanas e, portanto, invoca razões e motivações de agentes humanos como ‘causas das coisas”” (BLAUG, 1992, p. 25, tradução nossa)¹.

A definição formal de economia oferecida à maioria dos alunos nos manuais introdutórios apresenta um agente racional que, inserido numa economia de mercado, aloca recursos escassos entre fins alternativos. Esta definição pode ser encontrada na obra *An essay on the nature & significance of economic science* publicada em 1935 por Lionel Robbins. Karl Polanyi (2012) apresenta, n’*A Falácia Economicista*, a economia como o estudo da “subsistência do homem”, sendo a definição de Robbins e de tantos outros economistas de orientação clássica um erro lógico que reduz a economia à sua forma específica de mercado. Afinal, por que economistas divergem sobre o objeto de estudo da ciência econômica? Para além da premissa de que a economia lida com questões associadas ao comportamento humano, qual o papel do método de investigação nessa divergência? Mark Blaug (1980) aponta que investigar a questão do método na economia é investigar a própria economia enquanto ciência. Tal questão não se limita à identificação dos procedimentos técnicos de análise, se trata também do entendimento de conceitos e construções lógicas, ou seja, da natureza da explicação dos fenômenos que nos ocupam.

Para fins deste trabalho e posterior investigação sobre a importância do método na dita Revolução Keynesiana, será abordada neste capítulo a questão do método na

¹ [E]conomics is also a peculiar science, set apart from, say, physics because it studies human actions and therefore invokes the reasons and motives of human agents as the "causes of things"

economia. Como ponto de partida para tal abordagem, será tomada a evolução do método na História do Pensamento Econômico, bem como a perspectiva historiográfica do método em economia. Em seguida serão expostas de maneira sucinta as diferentes premissas filosóficas associadas a diferentes métodos de investigação que serão importantes na compreensão da inflexão keynesiana.

3.1 O MÉTODO NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO (HPE)

Na ciência econômica, principalmente a partir do século XX, com a evolução dos modelos econômicos, se observa uma tendência em direção ao racionalismo lógico. Ainda que exista um crescente interesse pela questão do método atualmente (MONTEIRO, 2003, p. 209), desde a segunda metade do século passado, com a consolidação da síntese neoclássica, uma tendência ao pluralismo metodológico se mostra como uma possibilidade remota dentro dos cursos de economia. Segundo Ana Maria Bianchi (1986), o paradigma positivista em que a economia se encontra atualmente tende a assumir a economia como definitiva, onde a busca por sua raiz científica é considerada um passatempo.

Para fins de entendimento de como a ciência econômica alcançou o atual nível de emancipação de outros domínios do conhecimento como a política e a filosofia, se torna necessário que se entenda a sua evolução ao longo dos séculos, da Renascença à Revolução industrial. O estudo da história do pensamento econômico mostra sua utilidade, pois expõe quando economistas disfarçaram seus juízos de valor como regras científicas. Nesta questão, Blaug (1968, p. 681 – 682, tradução nossa)² aponta:

[...] a história da economia revela que os economistas são tão propensos quanto qualquer outra pessoa a confundir a palha com o trigo e reivindicar a posse da verdade quando tudo o que possuem são séries intrincadas de definições ou julgamentos de valor disfarçados de regras científicas. Não há como tornar-se plenamente consciente dessa tendência, exceto pelo estudo da história da economia.

² [T]he history of economics reveals that economists are as prone as anyone else to mistake chaff for wheat and to claim possession of the truth when all they possess are intricate series of definitions or value judgements disguised as scientific rules. There is no way of becoming fully aware of this tendency except by studying the history of economics.

A associação entre o método e a história do pensamento econômico pode ser observada desde o surgimento da economia no período conhecido como o iluminismo europeu. Lakatos aponta Adam Smith como um pensador que já se preocupava com a questão metodológica, por contribuir com a análise sobre a suposta superioridade do modelo de órbitas celestes de Copérnico em comparação com o modelo de Ptolomeu.

Na História do Pensamento Econômico (HPE) podemos observar diferentes abordagens que refletem diferentes filosofias da ciência. O modo como os economistas contam a história do pensamento econômico apresenta um espelhamento com o pensamento em si. Dessa forma, a cooperação entre historiadores do pensamento econômico e filósofos da ciência se faz importante. A maneira como os economistas buscam ressignificar divergências na historiografia do pensamento econômico se dá por meio da reflexão sobre seus métodos de investigação.

Um problema enfrentado pelos historiadores do pensamento econômico na tarefa de dialogar com os pensadores da filosofia da ciência é que a origem da análise dos filósofos da ciência é nas ciências naturais. A origem desse problema está no distanciamento entre a história interna e a história externa da economia, uma vez que, ao longo da história, economistas se deparam com fenômenos muito diversos. Em outras palavras, o escopo da economia e de outras ciências de matriz social varia mais que o escopo das ciências de matriz natural. Como aponta Fonseca E. G. (1996, p. 241):

O economista lida com uma matéria que se transforma constantemente. Os problemas da ciência econômica não são inteiramente gerados pelo desdobramento do processo de pesquisa – fatores internos – mas dependem de fatores exógenos [...]. São fenômenos como, por exemplo, a existência de má nutrição e pobreza absoluta; ou a ocorrência de desemprego involuntário e inflação; ou ainda, o esgotamento de recursos não-renováveis e a decadência ambiental.

A visão externalista implica em consequências importantes na historiografia do pensamento econômico. Ela aponta como tarefa para os historiadores o entendimento de problemas concretos enfrentados pelos economistas quando da formulação de suas teorias, como, por exemplo, o desemprego e crise de demanda efetiva dos anos 1930 que teriam contribuído, por exemplo, para a consolidação do pensamento

keynesiano.

Ainda de acordo com Fonseca E. G. (1996), nem todos os pensadores da historiografia econômica são adeptos à visão externalista. Ainda que apontem a história como elemento crucial para entendimento de como as ideias evoluíram ao na economia, autores como Stigler e Blaug se preocupam com acontecimentos passados de uma perspectiva puramente ilustrativa, simulando, assim, um ambiente de continuidade na evolução da ciência. Este posicionamento é associado à escola de pensamento econômico americana, onde a HPE se restringe à história das ideias. Em contraponto, na escola de pensamento econômico europeia se observa uma indissociabilidade entre HPE e Teoria Econômica (TE) (ARIDA, 1996).

Quando se extrapola a mera exposição dos diferentes paradigmas em economia e se pretende entender o processo através do qual os economistas descrevem a própria evolução de seu método, fica evidente a importância do contexto social em que as teorias foram elaboradas. Outro fator preponderante no entendimento da lógica de construção da narrativa por trás da evolução metodológica são as diferentes visões de mundo de seus pensadores, bem como suas diferentes fontes de construção lógico-filosóficas. Essas duas premissas induzem à compreensão da pluralidade e rupturas metodológicas observada na economia. O reflexo dessa pluralidade é que, em via de regra, elaboramos nossos modelos a partir de uma lógica hipotético-dedutiva, e os submetemos à crítica de orientação empírico-indutiva.

3.1.1 A evolução da ciência econômica em traços largos

Os primórdios do pensamento econômico datam dos mercantilistas, apesar de que estes “ainda não constituíam um corpo teórico suficiente para caracterizar uma disciplina independente” (FONSECA, 1991, p. 42). No século 18, na França, os Fisiocratas seriam os primeiros a sistematizar um corpo teórico, apresentando a profissão do economista mais semelhante ao que temos hoje, ou seja, abstraindo variáveis de organização do sistema para se apropriar de suas interações.

A economia se consolida enquanto corpo científico, representada pela economia política clássica de Adam Smith, entre as décadas de 1750 e 1780. Este domínio se estende até a metade do século seguinte, período no qual diferentes

correntes se formaram, desde os socialistas utópicos, até primeiros teóricos que representaram a revolução marginalista na década de 70 daquele século. Após a crise da escola marginalista pós Primeira Guerra, assume o posto de paradigma dominante a teoria keynesiana, que figura como *mainstream* até meados de 1970, tomando como aceita a sua incorporação pela síntese neoclássica Hicks

Na visão de Joan Robinson, os clássicos são os economistas que pensaram o sistema do ponto de vista da distribuição, descrevendo a sociedade como separada em classes, tendo como característica de diferenciação a produção ou apropriação do excedente econômico. Na visão de Hicks, os clássicos são os que aceitam a lei de Say, negando as crises de superprodução consequente da natural tendência ao equilíbrio do sistema regido pelo mercado. Na primeira visão, de Robinson, Keynes pode ser caracterizado como clássico, na segunda, de Hicks, se fazia necessária uma reconciliação entre as duas correntes de pensamento. Vale ressaltar que a necessidade de conciliar decorre das próprias premissas assumidas na caracterização feita pelo autor. É o empenho de Hicks na sistematização desta conciliação (entre Keynes e os clássicos) que caracteriza a segunda síntese neoclássica, reduzindo as duas teorias às três equações tomadas como base do modelo IS-LM: procura pela moeda $M=L(Y, i)$; investimento $I=K(Y, i)$; e a identidade entre investimento e poupança ($I=S(Y, i)$). (BEAUD, 2000).

A partir dos anos 80, o pensamento econômico passou por um aprofundamento das ideologias liberalizantes guiadas pelo mercado financeiro que culminou na crise do *subprime* em 2008. Nesse período, caracterizado pelo grande avanço tecnológico no setor financeiro da economia, se observou um descolamento do setor financeiro globalizado e o setor produtivo. Esse descolamento foi possível pelo respaldo institucional alinhado com as premissas de liberalização do mercado financeiro consequentemente tornando os mecanismos de regulação macroeconômicos ineficazes no combate a eventuais crises de demanda efetiva (FERRARI FILHO, F.; PAULA, 2009, p.2)

Por fim, apesar da sólida construção da dominação do debate teórico pela sistematização neoclássica realizada na segunda metade do século 20, correntes alternativas à ortodoxia se constituíram. Em resposta imediata à apropriação do pensamento keynesiano pela segunda síntese neoclássica, se observa o surgimento da corrente pós-keynesiana. Pudemos observar, ainda, novas interpretações marxistas e a visão institucionalista com o consumo conspícuo de Veblen, além da

difusão do pensamento schumpeteriano.

3.2 RAÍZES FILOSÓFICAS E OS GRANDES PARADIGMAS EM ECONOMIA

Existem diferentes formas de se adentrar nas raízes filosóficas dos diferentes paradigmas em economia. Uma delas é apresentada por Paiva e Cunha (2008) que realiza essa divisão em três grandes grupos: cartesianos, kantistas e hegelianos. Como exposto nas seções anteriores, a formulação teórica tomada a cabo pelos economistas não necessariamente segue uma sequência lógica alinhada com a linearidade temporal, muitas vezes assume um caráter anacrônico, alinhando-se com as premissas mais adequadas ao contexto de sua formação, da sua visão de mundo.

O primeiro grande grupo, dos neoclássicos, é associado ao cartesianismo. Para Descartes, a apropriação da realidade se dá apenas por meio da racionalidade, mais ainda, o racional é condição essencial para caracterizar o que é real. Por simples identidade temos que o agente econômico caracterizado no objeto de estudo da economia *mainstream* é racional e maximizador. Os fenômenos econômicos que, por ventura, venham a fugir do escopo definido pelo exercício da razão, ou não são reais, ou são estatisticamente irrelevantes para o modelo.

No segundo grupo, do qual Keynes seria, ao lado de David Ricardo, um bom exemplo, encontram-se os economistas estruturalistas de orientação kantiana. Estes recebem a alcunha de estruturalistas porque assumem que o todo revela dinâmicas que extrapolam o âmbito do individual, ou seja, que a estrutura não se limita a uma mera agregação estocástica das partes. Sob influência do empirismo de Hume, Kant se afasta do pensamento cartesiano no que tange sua premissa de que a observação, ou seja, a ressignificação empírica dos pressupostos, caracteriza a base da construção do conhecimento.

No terceiro e último grupo, ainda que não formem, de maneira concreta, um grupo, estão os economistas de orientação hegeliana. Nesta perspectiva, a escolha entre o caráter real ou ilusório do racional perde sentido, valendo, então, o processo dialético de síntese das posições que se encontram em conflito. O todo é o real e essa pretensão totalizante entra em conflito com a visão dual da maioria dos economistas sobre o seu objeto.

Pensadores gregos já se submetiam ao questionamento sobre as origens do

conhecimento, mas foi com a crítica à ideia média trazida pelo Renascimento que a filosofia da ciência se tornou capo independente de conhecimento. Dentro do debate acerca da importância da metodologia tanto na demarcação, quanto na construção do pensamento científico, podem ser observadas três distintas polaridades: dogmatismo e ceticismo, objetivismo e subjetivismo, e racionalismo e empirismo (Fonseca, 2003).

Da primeira polaridade se busca alcançar a resposta para a possibilidade da demarcação entre conhecimento científico, ou seja, sobre a possibilidade de apreensão cognitiva da realidade. O dogmatismo carrega em sua própria definição a negação de relevância a esta questão, pois a capacidade de apreensão do objeto pelo sujeito, ou seja, a razão humana, estaria além da *physis*. Já o ceticismo, quando levado ao seu extremo radical, nega a possibilidade de se alcançar o conhecimento. Em contraponto, este guarda extrema relevância para a evolução da ciência.

Quanto a segunda polaridade, mais voltada à questão metodológica em si, se observa uma relação entre sujeito e objeto. Como os próprios termos indicam, o subjetivismo tem enfoque no sujeito quando da investigação acerca do conhecimento, enquanto o objetivismo coloca o objeto no centro da análise.

A terceira polaridade mostra relação com a origem do conhecimento, se no empirismo de Locke-Hume, ou no racionalismo de Descartes-Leibnitz. O primeiro se aproxima das ciências naturais, fundamentadas na observação da natureza, negando, na margem, qualquer forma de conhecimento que não seja embasada na observação empírica, onde “o que é o é porque assim se observou” (Fonseca, 1991, p. 66). Por outro lado, o segundo se aproxima da matemática no sentido de entender o conhecimento como um fim em si mesmo, com origem no próprio pensamento humano e tendo a própria contra argumentação de suas asserções lógicas em sua própria essência, em seu próprio corpo lógico.

A primeira escola de economia, assim concebida a escola dos fisiocratas, toma como base de construção do conhecimento o racionalismo. Os fisiocratas concebiam o sistema econômico como submetido à uma razão divina, onde “Deus criara o mundo e estabelecera, desde então, suas leis, cabia ao homem descobri-las através da ciência, fazendo uso de sua razão iluminada” (Fonseca, 1991, p. 68). Ainda que tenham demonstrado certa inquietação quanto às limitações do racionalismo puro, o que pode ser observado na sua busca por uma medida de valor, os fisiocratas não extrapolaram seu caráter racionalista, ainda que tenham trazido contribuições de grande valia aos economistas posteriores. Mais tarde, Smith, ainda que influenciado

pelo cenário inglês mais dado ao empirismo, extrapolou a construção fisiocrata em certos aspectos materialistas, mas ateve-se ao racionalismo na sua descrição do indivíduo submerso ao universo capitalista. David Ricardo, através de suas críticas às inconsistências lógicas observadas na teoria smithniana, consolida o racionalismo no pensamento econômico que “revestia-se de um primor de lógica dedutiva” (Fonseca, 1991, p. 72).

Apesar de algumas tentativas, como a de Malthus, a teoria econômica racionalista fundada nos teóricos da Economia Política só encontrou contra argumentação concreta na Escola Histórica Alemã (EHA). Estes assumiram a tarefa de criticar o indivíduo egoísta, em detrimento da noção de que cada homem era diferente, e suas decisões teriam influência das mais diversas esferas da vida em sociedade, como a religião e a cultura. Era, portanto, necessário recorrer à observação do homem posto diante de seu contexto histórico. Neste sentido, a própria existência da economia enquanto ciência, diante da imensa diversidade observada no mundo individual, era questionada. Diante destes impasses que pareciam levar a ciência econômica ao abismo, o século XIX acabaria por revolucionar a construção científica na economia.

A influência do século XIX na construção do pensamento científico em economia pode ser descrita através de um impasse entre três blocos distintos, quais sejam, a alternativa formal de Walras, a alternativa dialética de Marx e, por fim, a alternativa positivista (Fonseca, p. 76). A alternativa walrasiana consistiu em subdividir a economia em compartimentos que se ateriam a diferentes questões. A economia enquanto ciência não deveria se preocupar com questões relacionadas a julgamentos de valor, mas com os fatos que se manifestam sob influência da natureza. As interações entre os homens e entre o homem e a natureza caberiam à Ciência Moral e à Arte Econômica respectivamente. A alternativa dialética entende ambos, dedutivismo e empirismo como formas metodológicas incompletas ou parciais. O processo de construção do conhecimento científico consistiria em ascensos e descensos entre o mundo concreto e o abstrato que se definem mutuamente sendo o segundo revelado, ainda que parcialmente, no primeiro (BENOIT, 1996, p. 62). Ainda que dotado de maior formalidade e de maior proximidade com a ortodoxia, a alternativa positivista se assemelha à alternativa dialética no sentido de não se reduzir, tanto ao dedutivismo quanto ao empirismo. Entretanto, ainda que essa alternativa reconheça a utilidade de modelos diversos, esta considera a existência de “método

único para a ciência” (Fonseca, p. 84) que tem a previsão como principal meta. A diferença essencial entre estas alternativas reside no fato de que, nesta, reina o empirismo, naquela, a razão. Em resumo, teorias são relevantes, desde que testadas e submetidas a melhorias que amplifiquem, cada vez mais, o escopo de explicação desta.

Ao final da década de 80, através da síntese neoclássica, o pensamento de Joan Robinson representava, à luz do debate metodológico, a fronteira científica. Robinson aponta a incompatibilidade entre a escola neoclássica e a alternativa positivista, aderindo à segunda e refutando, por exemplo, o valor trabalho enquanto metafísico. “[A] ciência é paradigmática [...] também no que se refere ao seu método.” (Fonseca, 1991, p. 87) e diante da multiplicidade de paradigmas, bem como da multiplicidade de arranjos das diferentes correntes do pensamento econômico, resta o questionamento sobre a resolução das controvérsias. Arida (1991), diante do maniqueísmo entre o descarte da história como passado inútil e da autossuficiência da HPE como fonte de apropriação da realidade, deposita na retórica a solução das controvérsias. A tomada de uma perspectiva de tradição dialética pode, ainda, apontar para a ideia de que mudanças históricas respondem a determinações objetivas, inclusive a cooperação entre ideias conflitantes, ou seja, a própria incorporação do conflito ao pensamento (PAIVA, 2008).

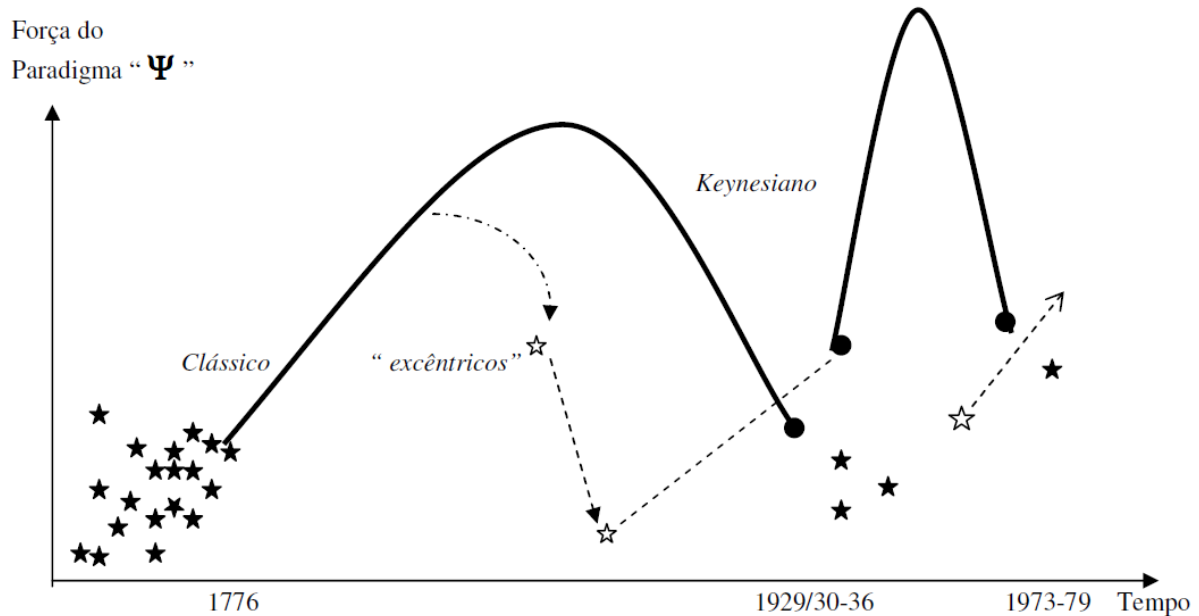
3.3 ADEQUAÇÃO DO SISTEMA KUHNIANO À ECONOMIA

Muitos historiadores do pensamento econômico chamam a ruptura keynesiana com o que ele chama de “o pensamento clássico” em economia, como uma verdadeira revolução científica. Nas palavras de Modigliani (KLAMER, 1988, p. 126-127) “Keynes foi certamente um bom exemplo de um paradigma. Sua obra talvez seja o melhor exemplo de um caso para o qual a teoria de Kuhn se ajusta tão bem quanto possível no campo das ciências sociais.” Um esquema da adequação sistema de revoluções científicas de Kuhn pode ser observado na Figura 2³, onde temos a substituição do

³ Como apontam Vieira e Garcia Fernandez (2006, p. 377), “A fase pré-paradigmática (anterior a 1776) engloba todas as correntes de pensamento pré-clássicas (mercantilistas, fisiocratas etc.) e está representada pelas estrelas. O primeiro paradigma reconhecido na ciência econômica é o Clássico que tem início com ‘An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations’ de Adam Smith, em 1776. Os desenvolvimentos da teoria clássica foram logo impulsionados por teóricos como David

paradigma Clássico pelo paradigma Keynesiano.

Figura 2 – Paradigmas em Economia de acordo com Thomas Kuhn



Fonte: elaborado VIERA e GARCIA EFRNÁNDEZ (2006).

O esquema de Thomas Kuhn de evolução científica por meio das revoluções paradigmáticas é questionado por outros pensadores que se propuseram a avaliar a evolução da ciência econômica. Nas palavras de Earp (1996, p. 60):

Para adotar as ideias de Kuhn no campo da economia teríamos que optar entre (i) considerar a economia como pré-científica e prosseguir no caminho kuhniano, ou (ii) tentar relaxar seu conceito de paradigma, afirmando que a convivência de diversos destes é uma característica das ciências sociais. A segunda dessas alternativas é a mais comum.

Mark Blaug (1975, p. 402) contrapõe os pensamentos de Kuhn ao falseacionismo de Karl Popper, apontando que o primeiro tende a deslocar-se para o campo descritivo, enquanto o segundo, para o campo normativo da ciência. Isto pode ser observado no “princípio da tenacidade”, que para Popper representa uma má prática na construção científica, para Kuhn, representa uma característica a ser apontada. O “princípio da tenacidade” indica que um paradigma em seu estado de ciência normal não necessariamente entra em crise devido às contestações a que é submetido por não haver alternativa ao paradigma vigente, seja por algum fim

Ricardo. Por várias décadas esse paradigma guiou a maioria dos trabalhos na economia. A crise desencadeada pela depressão de 1929/30 marcou o ‘fim’ dessa tradição.”

específico (ARAÚJO, 2013, p. 4).

Mark Blaug aponta que os programas de pesquisa científica concebidos por Lakatos são mais adequados que as revoluções científicas de Thomas Kuhn na explicação a evolução da ciência econômica. “Para Blaug, uma ‘história internalista’, ao estilo de Lakatos, é mais plausível que as descontinuidades antevistas por Kuhn” (ARAÚJO, 2013, p. 4). Imre Lakatos (1978) concebeu a construção científica como organizada em programas de pesquisa científica. Estes programas eram caracterizados por um núcleo teórico duro e cintos protetores, que são submetidos à crítica e eliminação por parte da crítica. Como aponta Lakatos (1978, p. 91):

Chamo a essa cintura uma cintura protetora porque ela protege o centro firme das refutações: as anomalias não são encaradas como refutações do centro firme, mas de uma hipótese da cintura protetora. Em parte, por influência da pressão empírica (mas, em parte, respeitando um plano definido pela sua heurística), a cintura protetora é constantemente modificada, melhorada, complicada, enquanto o núcleo firme permanece intacto.

Martin Bronfenbrenner (1971) apresenta uma tese alternativa às anteriores. De acordo com o autor, o sistema ideal para analisar a história do pensamento econômico deveria se basear num arcabouço de pensamento hegeliano dialético de tese-antítese-síntese, ao passo em que "nem o incrementalismo convencional ou o ‘uniformitarianismo’, por um lado, nem a teoria ‘catastrófica’ da revolução científica de Thomas Kuhn, por outro, se encaixa no amplo alcance da história da doutrina econômica" (BRONFENBRENNER, 1971, p. 136, tradução nossa)⁴.

⁴ neither conventional incrementalism or ‘uniformitarianism’ on the one hand, nor Thomas Kuhn’s ‘catastrophic’ theory of scientific revolution on the other, fits the broad sweep of economic doctrinal history.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA REVOLUÇÃO KEYNESIANA

O século XX foi marcado por rupturas metodológicas importantes na economia, tanto por influências históricas e institucionais como as guerras mundiais, a crise financeira de 1929 e o consenso de Washington, quanto por influências da própria experiência e visão de mundo dos pensadores como o Friedman e o próprio Keynes. Sob influência Marshalliana, cabe apontar, Keynes trouxe na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (TG)*, publicada em 1936, uma visão de mundo diferenciada que apresentava em seu método talvez a sua ruptura mais importante. O aspecto mais marcante na metodologia em Keynes é a maneira como ele encara o futuro permeado de incertezas que, por outro lado, definem as atitudes dos agentes econômicos no presente. Neste aspecto reside a crítica ávida do Keynes às teorias ortodoxas do mundo estático previsível ocupado por agentes racionais maximizadores.

Segundo Joan Robinson (1979) a Revolução Keynesiana pode ser dividida em três principais aspectos. Em primeiro lugar, Keynes retoma a visão clássica do capitalismo enquanto sistema em desenvolvimento, apenas dentro de uma etapa do processo histórico da sociedade. Para Keynes, o capitalismo era o sistema em vista com maior potencial para resolução dos conflitos econômicos da sociedade, com a condição de que fosse gerido de maneira responsável, inteligente. Em segundo, se retoma a análise da economia enquanto ciência moral, característica por séculos dada como superada pelo paradigma do livre mercado e da mão invisível. A questão da desigualdade da distribuição do produto desempenha um papel importante nesta parte. Keynes acreditou por muito tempo na “motivação pelo lucro” como um mecanismo eficiente de ajuste do sistema, pelo menos até ver suas consequências na década de 30. Daí decorrem questionamentos de outras presunções, como a desigualdade de renda como fonte de acumulação, uma vez considerada a poupança (não convertida em investimento) como causa de desemprego. O terceiro item diz respeito à retomada da análise dinâmica, ou seja, tomando em consideração o tempo, em detrimento do equilíbrio estático, permitindo que a economia desse um grande passo à frente na sua formalização enquanto ciência.

4.1 A RUPTURA KEYNESIANA, OU, COM O QUE KEYNES ROMPE

Até o presente momento, apresentamos elementos que auxiliam o entendimento das hipóteses deste trabalho sobre a ruptura observada na Revolução Keynesiana. Entretanto, nesta seção se faz necessário estabelecer com o que, afinal, Keynes rompe. De imediato, assumimos aqui, que o paradigma rompido pela Revolução Keynesiana é o paradigma neoclássico. A seguir, vamos às explicações. A pergunta que dá título à presente seção se faz necessária justamente porque a definição de clássico ou neoclássico, como aponta a literatura em história do pensamento econômico, é controversa.

Em sua definição de economia clássica, Joan Robinson descreve os pensadores que se propuseram a elaborar uma teoria da distribuição do produto nacional entre as classes produtoras e não-produtoras. Dentro desta definição, podem ser enquadrados pensadores fisiocratas, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx⁵. Em oposição ao primeiro grupo, os economistas marginalistas (com base na abstração introduzida pela economia política clássica de Stuart Mill) abandonam a análise econômica com base nas classes sociais, a produtiva oposta à improdutiva, sendo a distribuição do produto nacional associada à remuneração dos fatores de produção: capital, trabalho e recursos naturais. Keynes chama todos estes de clássicos pois, independentemente de sua divergência quanto aos mecanismos corretos de distribuição, todos consideram o nível de produto como dado, plenamente empregados pela economia de concorrência perfeita. Em oposição a estes, estariam os economistas que se ocuparam da mensuração do produto (que, por identidade, não é entendido como dado), grupo do qual o próprio Keynes se considera parte: os teóricos da demanda efetiva (FONSECA, 1991).

Keynes apresenta, já no capítulo 2 da Teoria Geral, os “Postulados da Economia Clássica”. Ao longo do capítulo, Keynes apresenta a teoria clássica como dependente das hipóteses assim resumidas pelo próprio autor:

- 1) de que o salário real é igual à desutilidade marginal do trabalho existente;
- 2) de que não existe o que se chama desemprego involuntário no seu sentido estrito;

⁵ Marx contrapõe a visão de Robinson na *Crítica ao Programa de Gotha*, trabalho no qual o autor aponta a distribuição coletiva dos meios de produção como sendo anterior à distribuição do produto, que se daria somente após a sedimentação das condições materiais obtidas por meio da socialização dos meios de produção.

3) de que a oferta cria sua própria procura, no sentido em que o preço da procura agregada é igual ao preço da oferta agregada para todo os níveis de produção e de emprego. (KEYNES, 2010, p. 49)

A perspectiva adotada pelo próprio Keynes de dar a alcunha de clássico a todos os pensadores, sejam estes clássicos ou neoclássicos, representa uma construção lógica correta, uma vez que seu objeto de análise se diferencia dos anteriores. Entretanto, diante da hipótese de que o método keynesiano representa sua principal ruptura, vamos assumir, para fins de delimitação deste trabalho, a definição apontada por Joan Robinson apresentada acima. Diante deste cenário, serão abordados, ao longo desta seção, os aspectos que envolvem o eixo de ruptura de Keynes aqui abordado, a saber, o método hipotético-dedutivo utilizado pelos neoclássicos, que “é essencialmente apriorístico. Ele assume que os agentes econômicos maximizam sua utilidade e, a partir desse simples pressuposto, [...] deduz lógica e matematicamente todo o seu modelo.” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 179).

4.1.1 O método de investigação da Escola Clássica de economia

Adam Smith é considerado por muitos, através d'A Riqueza das Nações de 1776, o fundador da ciência econômica. Tanto Smith, como Ricardo e Marx, explicitam a produção do excedente pela classe trabalhadora. Entretanto, é com os pensadores fisiocratas que o paradigma clássico tem sua forma inicial. Através do método de análise levado a cabo pelos fisiocratas, que tem como base as ciências naturais, eles definem a terra como fonte do valor e, dado o nível do produto, estudam a distribuição do mesmo entre as classes dos trabalhadores (criadores do excedente com o uso da fertilidade da terra) e proprietários (assim dotados por meio de ordem divina (FONSECA, 1991, p. 45). O apoio dos fisiocratas em conceitos e procedimentos das ciências naturais se deve à tendência natural de ciências nascentes de se valerem do ferramental de outras (CORAZZA, 2009, p. 112).

Smith, apesar de posição enquanto fundador da economia estar consolidada, a análise do método ainda é motivo de controvérsia. Enquanto alguns autores apontam a observação do comportamento alheio e da experiência como evidência de utilização do método indutivo por Smith, outros apontam a introspecção como fundamento da construção do conhecimento, o que evidenciaria a utilização do método dedutivo abstrato. Ao que parece, a questão metodológica em Smith ultrapassa a dicotomia entre indução e dedução, “suas conclusões apoiam-se num

duplo processo de observação: observação do comportamento alheio, de um lado, e observação interna ou introspecção de outro.” (BIANCHI, 1988, p. 109).

A pluralidade do método utilizado por Smith guarda estreita relação com os autores que o influenciaram. De um lado, o empirismo de Locke e Hume, de outro, o racionalismo de Descartes e dos Fisiocratas. Como aponta Corazza (2009, p. 114), “pertencia ao iluminismo e à escola histórica, [...] era, sobretudo, um observador da realidade e fez uso de diferentes métodos na Riqueza das Nações: estática comparativa, descrições e digressões históricas, teoria dos estágios históricos.” O método de Smith, se aproxima, assim, do método utilizado por Marshall, onde fica evidente que a construção do conhecimento é complexa, não deve pender apenas para o racionalismo cartesiano apriorista, tampouco ao puro indutivismo empirista. Outro aspecto importante do método smithniano é a ciência moral baseada em dois princípios básicos: egoísmo e simpatia. Indivíduos movidos por seus interesses egoístas, no mundo microeconômico, produzem o equilíbrio no mundo macroeconômico do bem público.

Ricardo, diferente de Smith, se valeu de um método que levou a abstração lógico-dedutiva às últimas consequências (FONSECA, 1991, p. 71). Ao formular seu modelo de análise, Ricardo faz uso de teorias baseadas em observações da realidade, mesmo que em situações rudimentares como, por exemplo, a lei da população de Malthus. Este último era crítico ao pensamento puramente abstrato de Ricardo, sob pena, entretanto, de cair no indutivismo puro desprovido de solução teórica alternativa ao dedutivismo abstrato.

Marx aderiu à tradição clássica. Valendo-se da ideia do trabalho como formador do valor, elaborou sua teoria da distribuição, diferenciando-se de Ricardo no que tange a análise dos fatores de produção, focada na natureza dos mesmos para este e na sua propriedade para aquele. Por fim, o método clássico de análise, ainda que se apresente de forma plural, pode ser caracterizado majoritariamente como histórico-indutivo⁶. Em outras palavras, os economistas clássicos se valeram, via de regra, da observação de fatos históricos. Como aponta Bresser-Pereira (2009, p. 164):

⁶ Em seu famoso artigo “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica”, Bresser-Pereira (2009) utilizou a dicotomia entre os métodos hipotético-dedutivo e histórico-dedutivo ao invés de histórico-indutivo. Como apontam Ferrari e Terra (2016, p. 72), “Bresser-Pereira chamou de método histórico-dedutivo, ao argumentar que a ciência econômica tem que ser modesta, racional e pragmática, para que sirva como instrumento compreensível de intervenção política sobre a realidade”. Entretanto, apesar da diferente nomenclatura, estão mantidas as premissas teóricas dicotômicas, quais sejam, racionalismo e empirismo.

Economistas clássicos como Smith, Malthus e Marx usaram essencialmente o método histórico-dedutivo: tentaram generalizar a partir da observação da realidade econômica que os cercava. Ricardo desenvolveu modelos altamente dedutivos, mas os fatos básicos em que baseou seu raciocínio, como as maiores rendas recebidas pelos proprietários das terras mais produtivas, vieram de sua observação da realidade econômica.⁷

4.1.2 O rigor dedutivo e as diferentes leituras de David Ricardo

O rigor introduzido pela estruturação teórica de Ricardo já configura, por si só, razão para falarmos este autor, uma vez que ele estabeleceu as bases para aquilo que Smith não conseguiu fazer: consolidar a primeira grande escola de economia. Entretanto, Ricardo ainda apontou questões que viriam a balizar não só as disputas metodológicas da economia moderna, mas também a centralidade da definição da origem do valor, para citar um exemplo, como um dos objetos centrais desta ciência. As diferentes contribuições de Ricardo para a construção da ciência econômica dependem das diferentes leituras realizadas pelos autores que tentaram interpretar sua obra, a saber, as leituras feitas por Sraffa e Schumpeter nos mostram um Ricardo, as de Marx e Marshall, outro. (PAIVA, 1998).

Ambos, Schumpeter e Marx, apontam como falha na análise de Ricardo a questão metodológica, mas o segundo extrapola esta crítica. Para o primeiro a crítica é centrada na formalização simplificadora da complexa realidade econômica por meio das cláusulas do tipo *ceteris paribus*. Daí Schumpeter dizer que:

A visão integrada da interdependência universal de todos os elementos do sistema econômico, que aparecia constantemente a Thünen, nunca tirou a Ricardo mais do que uma hora de sono. Seu interesse concentrava-se no resultado claro, de significado direto e prático. A fim de conseguir isso, ele cortava em pedaços o sistema geral, juntava, tanto quanto possível, largas partes deste e punha-as no congelador — de forma que o máximo de coisas possível pudesse ser congelado e considerado "dado". Empilhava, então, as hipóteses simplificativas, umas sobre as outras, até que, tendo de fato estabelecido tudo através dessas hipóteses, ficava apenas com umas poucas variáveis agregativas, entre as quais, dadas aquelas hipóteses, estabelecia relações unidirecionais, de forma que, no fim, os resultados desejados surgissem como tautologias. Por exemplo: uma famosa teoria ricardiana é a de que os lucros "dependem do" preço do trigo. E sob suas hipóteses implícitas e no sentido particular no qual os termos da proposição devem ser entendidos, isto não é só verdade, mas também uma verdade incontestável

⁷ Ainda que, no entendimento de Bresser-Pereira, Marx tenha se utilizado do método histórico-dedutivo, o último aponta, no prefácio da segunda edição d'O Capital, sua utilização do método dialético de investigação.

e mesmo trivial. Os lucros nunca poderiam depender de outra coisa, uma vez que tudo o mais era "dado", isto é, congelado. É uma teoria excelente que não pode ser refutada, e dado que nada lhe falta, exceto sentido. Ao hábito de aplicar resultados desta espécie à solução do problema prático chamaremos "vício ricardiano" (Schumpeter, 1964, p. 124).

Para Marx, entretanto, a falha de Ricardo não se resume à falha metodológica da supressão do concreto pelo abstrato, mas se estende também ao objeto de estudo, no qual, ao aceitar os pressupostos da lei de Say, Ricardo acaba por suprimir a relação entre a esfera da produção e da distribuição.

A leitura feita por Sraffa e Schumpeter, da teoria ricardiana talvez se apresente como a leitura mais provável a ser desse autor. Essa leitura, que em certa medida transforma Ricardo no precursor da crítica heterodoxa à teoria neoclássica, foi construída de forma independente por Sraffa e Schumpeter, ou seja, sem que houvesse contribuição entre estes, o que, segundo Paiva (1998), legitima essa lógica na leitura do autor pelos historiadores contemporâneos do pensamento econômico. Entretanto, como que por identidade a esta premissa, válidas são também as leituras feitas por Marx e Marshall (neste sentido de maior interesse para os limites deste trabalho). Como aponta Paiva (1998, p. 28):

[A] depender dos interesses teóricos que orientam a leitura da obra de Ricardo, é possível centrar-se a atenção, seja no resgate da "complexidade" do real feita por esse autor, seja nas "simplificações forçadas" que o mesmo impõe à realidade com vistas a obter resultados unívocos. Marx opera na primeira perspectiva; Schumpeter, na segunda.

A leitura da obra de Ricardo feita por Marx e Marshall não é de fácil percepção como as leituras de Sraffa e Schumpeter. Ricardo entende o lucro como determinado pelo, dentre outras categorias, excedente gerado pela diferença da produtividade do trabalho e o custo salarial. Desta forma, ele assume a existência de um lucro normal na economia, negando a possibilidade de se partir do juro para explicar o lucro. Neste contexto temos a caracterização feita por Ricardo de uma economia do desequilíbrio (ainda que este se valha da lei de Say), onde, dado um contexto de livre competição os empresários são impelidos à acumulação. Eis que temos a conexão com Marx, "centrada na dinâmica sistêmica associada ao processo de acumulação", e a conexão com Marshall centrada em "sua obsessão pela questão do lucro normal enquanto uma categoria distinta do juro sobre o capital e associada à quase-renda" (PAIVA, 1998, p. 67).

4.1.3 O método de investigação da Escola Neoclássica de economia

O método neoclássico nasce sob influência de algumas características básicas como o dedutivismo dos modelos ricardianos e a aceitação da lei dos mercados de Jean-Baptiste Say. Apesar de algumas inconsistências metodológicas, preço pago por ser um dos primeiros pensadores a se debruçar sobre a questão do método em economia, John Stuart Mill a define como uma ciência dedutiva. Mill caracteriza o que talvez seja a primeira formalização do “homem econômico”, “uma espécie de “tipo ideal” weberiano, [...], mas apenas como aquela parte relativa às suas motivações econômicas. [...] determinado por sua própria natureza a preferir mais riqueza a menos riqueza e com o menor custo possível” (CORAZZA, 2009, p. 121).

É neste contexto que são estabelecidas as bases para a futura divisão entre economia normativa e economia positiva, que encontram reflexo, respectivamente, nas definições de economia como arte e economia como ciência introduzidas por Sénior e Mill, ambos seguindo a tradição ricardiana. Entretanto, apesar de suas importantes contribuições para a consolidação da economia como uma ciência abstrata, o método definido por Mill, enfrentou descontinuidades ao longo de sua obra, só se consolidando plenamente no final daquele século. Como aponta Bresser-Pereira (2009, p. 164):

A ideia de adotar o método hipotético-dedutivo ocorreu a Stuart Mill (1836), que sugeriu que com ele – isto é, com a adoção do homo economicus como pressuposto básico – a economia seria capaz de superar seu caráter impreciso. Ele mesmo não fez pleno uso do método, mas a partir dos anos 1870, com o surgimento da escola neoclássica, esse método começou a ser ativamente adotado.

No final do século XIX, vimos emergir a escola do pensamento econômico marginalista, cujo sistema mais complexo, de interação entre oferta e demanda em concorrência perfeita, foi elaborado por Leon Walras. As conclusões teóricas destes pensadores são construções lógicas baseadas diretamente nos pressupostos abstratos assumidos pela Economia Política Clássica de Mill. Em oposição à análise dos clássicos, os marginalistas não apoiavam sua teoria em classes sociais. A remuneração é tida como uma característica intrínseca a cada fator de produção (sua contribuição marginal para a produção), não importando a origem da propriedade: o

lucro remunera o capital e o salário remunera os salários.

Com Marshall há a primeira tentativa, na chamada Primeira Síntese Neoclássica, de consolidação entre as teorias clássica, de Ricardo, e marginalista, dos teóricos do valor utilidade, sobre valor e formação de preços (FONSECA, 1991, p. 53). Esta tentativa de consolidação se dá por meio da introdução da noção de prazo (curto, longo e secular), se aceita a ideia de que no longo prazo os preços são determinados pelos custos, pois novas empresas podem ser criadas e as já existentes podem expandir sua oferta, já no curto prazo, sendo impossível o ajuste da oferta, os preços ajustam-se de acordo com variações na demanda. Neste sentido, dada sua leitura do pensamento de Ricardo, Marshall acredita estar recuperando aquele pela via da determinação dos preços pelos custos de produção no longo prazo.

Marshall representa uma exceção à teoria neoclássica por ser mais empírico. Seu método mais experimental se aproxima do método de Smith, “é uma forma de fundamentar o sistema teórico de pensamento em aspectos concretos da realidade” (CORAZZA, 2009, p. 115). Marshall faz uso de uma aproximação racional sobre seu objeto de análise, mas este processo é permeado também pela observação, aspecto que será observado no próximo capítulo quando da apresentação detalhada do método keynesiano. Esta seria a razão da sobrevivência da economia enquanto ciência concreta até a década de 1930, como aponta Bresser-Pereira (2009, p. 164):

como Marshall era a figura dominante da escola neoclássica e um grande economista, a formalização da economia e sua alienação da realidade não ocorreram imediatamente. A redução da teoria econômica a modelos matemáticos possibilitada pela abordagem hipotético-dedutiva aconteceria nos anos 1930, quando um grande número de engenheiros e físicos se juntaram à profissão.

4.2 A “VISÃO DE MUNDO” DE KEYNES

Antes de adentrarmos a questão do método de investigação utilizado por Keynes, serão expostas algumas reflexões sobre a sua “visão de mundo”. A visão de mundo, não somente de Keynes, mas de qualquer teórico do sistema econômico, guarda estreita relação com suas construções teóricas e vias metodológicas. Desta forma, esta questão se mostra essencial para o entendimento da ruptura provocada na Revolução Keynesiana. O próprio Keynes reconhecia a superioridade da visão de

mundo em relação à formalização teórica. Sua visão, apesar de não poder ser considerada como baseada plenamente no mundo concreto contraditório, não era, também, puramente racionalista, “pode ser compatibilizada com uma ontologia “dialética”, para a qual o ser não é estático, mas dinâmico, complexo e contraditório, envolvendo o tempo e história.” (CORAZZA, 2009a, p. 129).

Para Keynes, o objeto de investigação deveria ser um mundo mutante de acordo com as ações humanas. Desta forma, em contraposição ao mundo físico das ciências naturais, Keynes define a economia como uma ciência moral que investiga fatos não-mecânicos:

Eu também quero enfatizar fortemente o ponto de que a economia é uma ciência moral. Eu mencionei antes que ela lida com introspecção e com valores. Eu poderia ter acrescentado que lida com motivos, expectativas e incertezas psicológicas. É preciso estar sempre atento para não tratar a situação como constante e homogênea. (KEYNES, 2013a, p. 300).

Uma vez sendo definida como uma ciência moral, a economia não pode, de acordo com Keynes, ser desenvolvida por meio da precisão de ciências naturais como a física, mas sim, formada por um “conhecimento de natureza incerta”. Diante deste caráter incerto da ciência econômica, a base de mensuração passa a ser “graus de probabilidade, graus de certeza, convicção, crença racional, peso do argumento, convenção”. Mesmo assumindo o entendimento do sistema econômico como permeado por inúmeras incertezas frente ao futuro, Keynes não abandona a ciência econômica como importante instrumento de formação de contrapartidas no mundo real. Sendo assim, a ciência econômica “deve caracterizar-se como uma ciência prática, um instrumento da política econômica e de intervenção na realidade.” (CORAZZA, 2009a, p. 130).

Keynes tinha uma relação complexa com o capitalismo, “por vezes o via com raiva e desespero, mas no geral o aprovava ou sentia que valia a pena tentar consertá-lo e fazê-lo funcionar toleravelmente bem.” (ROBINSON, 1979, p. 64). Keynes via uma certa utilidade nesse sistema distorcido, apoiando uma mudança gradual em direção à correção das falhas do capitalismo por meio da revisão dos seus valores, em que afirmava, “pelo menos por mais cem anos, precisamos fingir para nós mesmos e para os outros [...]. Ainda por algum tempo os nossos deuses continuarão sendo a avareza, a usura e a precaução.” (Keynes, 2013, p. 331). Explicitava, entretanto, discordância

com muitos dos princípios morais característicos do sistema, como a busca por riqueza e acumulação. Como aponta Keynes (2013, pp. 268-9):

o problema moral da nossa época diz respeito ao amor ao dinheiro, ao apelo habitual à motivação monetária [...], à busca universal por segurança econômica como o objetivo básico do empenho, à aprovação social do dinheiro como medida do sucesso construtivo, e ao apelo ao instinto de entesouramento como a fundação para a necessária provisão para a família e para o futuro. [...].

Vale observar que algumas críticas de Keynes ao sistema capitalista, como o amor à liquidez e a atribuição do sucesso à quantidade de dinheiro já apareciam em Mill e Marshall. Por outro lado, Keynes negava valores tradicionais da era vitoriana tidos como fundamentais à manutenção da sociedade e inerentes à natureza humana, como a previdência e a moderação. A noção da poupança associada à espera e posterior (e, por vezes, incerta) recompensa por ela estava extremamente arraigada na sociedade inglesa à sua época. Keynes via nessa questão um problema moral que representava um problema para a, segundo sua teoria, manutenção dos níveis de emprego, investimento, demanda efetiva. (MATTOS, 2015, p. 372).

Esse contexto (de agentes com comportamentos que não contribuem para o alcance de níveis mais altos de emprego) levará Keynes a decretar, já em 1926, o fim do *laissez-faire*. Ao fazê-lo, questionava se o mercado seria capaz de solucionar esses que, talvez, fossem os problemas mais sérios do sistema capitalista, principalmente a ausência de mecanismos de condução ao pleno emprego. Tal realidade enfrentada pela sociedade capitalista poderia ser modificada pela implantação de políticas de intervenção estatal. Tais políticas seriam responsáveis principalmente pela administração de juros, impostos e propensão a consumir. Desta forma, os governos estariam garantindo não só a manutenção dos níveis de investimento, mas o crescimento dos mesmos, bem como com a demanda efetiva e o já mencionado nível do emprego. Em sua famosa citação sobre, Keynes (2013, pp. 287-8) refuta os principais pontos do mito do liberalismo:

Esclareçamos desde o início os princípios metafísicos ou gerais sobre os quais, de tempos em tempos, se fundamentou o *laissez-faire*. Não é verdade que os indivíduos possuem uma “liberdade natural” prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que têm ou aos que adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto interesse

esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto interesse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente.

Outro aspecto importante da visão de mundo de Keynes é a sua percepção organicista da realidade. Um dos aspectos marcantes da teoria neoclássica é individualismo metodológico, que consiste em perceber o mundo de maneira atomizada, onde as partes (agentes) são independentes umas das outras, se sobrepondo à sua manifestação enquanto organismos coletivos (instituições). Do outro lado temos o organicismo metodológico, que supõe a sociedade como total, sendo a soma das partes não necessariamente equivalente ao conjunto orgânico. Sob influência neoclássica, Keynes inicia sua formação sob um arcabouço teórico atomista, mas transita para uma visão de mundo orgânica, indo do mundo micro para o mundo macroeconômico. (CORAZZA, 2009, pp. 3-4).

Por fim, como aponta, ainda, Corazza (2009), a visão de mundo de Keynes se constrói num contexto de transição entre o mundo moderno, plenamente estabelecido na década de 1920, quando o positivismo lógico da crença no conhecimento objetivo da realidade era predominante, e o mundo pós-moderno. No mundo moderno a razão é um guia quase irrefutável em direção ao progresso humano, onde as ideias de unicidade, de um único método e tipo de ciência; e totalidade, da racionalidade. Já o mundo pós-moderno é heterogêneo descontínuo e fragmentado, conceitos permeados por universalidade são relativizados. Neste sentido:

[...] a **revolução keynesiana** inaugura um novo paradigma teórico na economia, a qual se fundamenta numa nova maneira de pensar a economia, uma nova ontologia e uma nova visão de conhecimento e de ciência, com características pós-modernas, associadas à incerteza, às expectativas sobre o futuro e a instabilidade (CORAZZA, 2009, p. 15, crivo nosso).

4.3 O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO KEYNESIANO

As interpretações sobre o método de Keynes são variadas. Nesta seção serão apresentados três aspectos da definição do método de investigação keynesiano: primeiro o uso da retórica por Keynes ao longo de sua obra; o segundo aspecto diz respeito a influência de Marshall e Neville Keynes (seu pai); e, por fim, temos a

oposição entre três importantes interpretações, o método histórico-indutivo, onde se evidencia a importância do empirismo, o pluralismo metodológico, onde se defende o uso de ambos os métodos indutivo e dedutivo por Keynes ao longo de sua obra, e, ainda, uma terceira interpretação que posiciona Keynes nem como indutivo, nem como pluralista, mas como influenciado pelo estruturalismo kantiano;

No que tange o uso da retórica por Keynes, podemos dizer que, em linhas gerais, seu pensamento teve como característica a tentativa de convencimento do público. O público alvo do discurso persuasivo de Keynes era dividido em três, economistas profissionais, os formadores de opinião e o público em geral. O exemplo mais evidente do uso da retórica por Keynes é a publicação, em 1931, pelo próprio autor de *Ensaio de Persuasão (EP)*, uma coletânea de artigos previamente publicados em periódicos. Estes artigos versavam sobre diversos temas de interesse para Keynes, majoritariamente sedimentando seus argumentos sobre as mudanças econômicas que este previa para o sistema, bem como para a consequente necessidade de intervenção estatal. Outro exemplo do uso da retórica por Keynes, é a sua abordagem específica utilizada nos diferentes prefácios da TG destinados às diferentes publicações em cada país. No prefácio da edição inglesa, aponta que a teoria clássica seria um caso específico de sua teoria geral, enquanto na edição alemã, salienta a rivalidade entre a Escola Histórica e a economia clássica. (CORAZZA, 2009).

Outro indicador importante na busca pela definição do método de investigação em Keynes, é a influência de dois personagens marcantes em sua formação. O primeiro deles é John Neville Keynes, que, além de ser o pai de Maynard Keynes, foi, por anos, referência no campo da metodologia em economia com sua obra *Escopo e Método da Economia Política*, publicada em 1891. O segundo, como apontado na seção anterior, é Alfred Marshall, seu mestre em Cambridge. Neville Keynes, apesar de entender que ambos os métodos, indutivo e dedutivo, fossem ideais para o estudo da economia, via o conhecimento como originário no primeiro. Marshall, por sua vez, apontava que a definição do método adequado devia relacionar-se diretamente às circunstâncias analisadas, concluindo que a economia não deveria ter um único método, mas sim, valer-se de todos os disponíveis. Como aponta Corazza (2009, p. 11):

Keynes, certamente, não defendia a elaboração de métodos a priori, pois, considerava impossível partir de axiomas irrefutáveis e construir sistemas euclidianos ou cartesianos abstrato-dedutivos, uma vez que a economia

deveria ser uma ciência socialmente útil para resolver os problemas do mundo real e não uma construção uma lógica, ou uma “ciência pela ciência”.[...] Pode-se dizer, então, que Keynes faz uma combinação dos métodos indutivo e abstrato dedutivo adequados e aplicáveis para a solução de problemas econômicos específicos. Defensor de uma metodologia prática, Keynes parece não ter adotado nenhum desses caminhos extremos, nem unicamente o indutivo e muito menos o método a priori abstrato dedutivo, para alcançar o conhecimento da realidade. Ele pode ser definido como um pluralista na definição do método na economia.

Joan Robinson, apesar de não ter se debruçado sobre a questão do método em Keynes, demonstrou sua preocupação em delimitar ao mundo real o escopo da investigação keynesiana ao afirmar que a teoria “não pode ser uma doutrina ideológica (como a presunção em favor do *laissez-faire*) nem uma tautologia (como a fórmula quantitativa $MV=PT$)” (ROBINSON, 1984, p. 17). Igualmente, as teorias keynesianas partem do mundo real, evidenciando seu caráter de constante evolução histórico-institucional (FERRARI e TERRA, 2016, p. 74).

Bresser-Pereira (2009) denomina o método de Keynes (assim como de outros economistas clássicos a exemplo de Marx e Malthus) como histórico-dedutivo. Partindo da observação ou de um evento real, o método histórico-dedutivo utilizado por Keynes seria um contraponto ao método hipotético-dedutivo dos economistas neoclássicos. Ao romper com o método de investigação hipotético-dedutivo, Keynes provocou rupturas teóricas igualmente importantes, uma vez que estas duas esferas estejam intimamente relacionadas. Por exemplo, Keynes acusa os economistas clássicos (que em sua visão engloba ambos clássicos e marginalistas) de erroneamente assumirem a distribuição como objeto principal de análise, uma vez que estes assumem o produto nacional como dado. Em contraponto, Keynes propõe que o real objeto da economia deva ser a mensuração do produto, levando o objeto de estudo em direção à demanda efetiva. Esta conclusão apresenta estreita relação com a utilização do método hipotético-dedutivo pelos neoclássicos e do método histórico-indutivo por Keynes. Não por acaso, a Teoria Geral foi publicada em um período de acontecimentos históricos, como uma das maiores crises de superprodução da história do capitalismo que demandavam uma análise que extrapolasse o campo da abstração e adentrasse a prática da observação. Como aponta Bresser-Pereira (2009, p.178):

Keynes construiu a primeira teoria econômica completa baseada no método histórico-dedutivo ao escrever a Teoria Geral após a Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes, a hiperinflação na Alemanha e na Europa central, e

a Grande Depressão, que haviam mudado a economia mundial. Só depois de observar as novas regularidades e tendências que estavam emergindo e de desenvolver os novos conceitos é que esses grandes economistas foram capazes de ligar as variáveis e construir seus modelos. A contribuição de Keynes nesse campo é particularmente relevante porque, com a Teoria Geral, ele mostrou que, usando o método histórico-dedutivo, era possível formular um modelo abstrato e formal que, ao mesmo tempo, estava próximo da realidade econômica, era prático para orientar a política e suficientemente simples e geral para constituir uma contribuição definitiva à teoria econômica.

Ao longo da Teoria Geral, é possível destacar evidências do uso da indução por meio da observação da experiência no “*real world*”. Um exemplo disso é a maneira como Keynes aponta a característica do sistema econômico de não ser “violentamente instável”, ou seja, ter uma tendência a se manter num nível de atividade que não aponte para o colapso, tampouco para o pleno emprego, cujos “dados da experiência indicam que [...] é uma situação rara ou efêmera.” Sobre esta estabilidade observada no sistema econômico, “ora, como estes fatos da experiência não decorrem de uma necessidade lógica, temos de supor que o meio envolvente e as propensões psicológicas do mundo moderno são de molde a produzirem forçosamente tais resultados” (KEYNES, 2010, p. 245).

Em sua obra *Um Tratado Sobre Probabilidade* (TP), publicada em 1921, Keynes extrapola o processo de observação da experiência apontado por Bresser-Pereira ao dividir o método indutivo em duas técnicas: indução pura e analogia. Na indução pura, é realizada a multiplicação de casos particulares. No sentido de expurgar a improbabilidade de se obter resultados diferentes a partir de experimentos iguais, se utiliza a analogia, tanto as positivas, que evidenciam as semelhanças entre os objetos, como as negativas, que evidenciam as diferenças entre os mesmos. Em suma, a analogia consiste basicamente em comparar diferenças e similaridades observadas nos objetos de análise. No contexto do método indutivo as duas técnicas se complementam, como apontam Ferrari e Terra (2016, p. 81):

A analogia é fortalecida pela indução pura, desde que se tenha a multiplicação de evidências por experiências não uniformes que agreguem dessemelhanças redutoras das possibilidades de generalizações alternativas dos objetos em comparação. Quanto mais (i) analogias negativas e positivas forem percebidas e (ii) casos particulares se somarem à experiência do indivíduo, maior o peso que ele terá em seu argumento, conduzindo-o à uma maior crença racional em suas proposições.

A superação da questão que permeia o método indutivo, qual seja, a incerteza envolvendo a chegada a conclusões generalizantes a partir de situações particulares,

se dá pela própria definição de probabilidade para Keynes. Para Keynes, a probabilidade não se trata de intentar uma relação universalmente verdadeira entre premissas e conclusões, mas sim que ambas se relacionem de maneira razoável, apresentando uma relação significativa com o nível de confiança nos dados, mais do que a abundância destes. Diante desta flexibilização, se torna possível uma análise que se valha de algum nível de certeza mesmo estando diante de uma generalização (FERRARI e TERRA, 2016, p. 81).

Indo ao encontro dessa definição de indução mais flexível, Corazza (2009) defende a hipótese de que Keynes, no que tange o seu método, pode ser caracterizado como pluralista. Para o autor, o caminho adotado por Keynes em relação ao método, seja ele indutivo ou dedutivo, guarda relação com a visão atomista ou organicista do sistema econômico. Segundo Corazza (2009, p. 9), o uso do método indutivo é mais adequado ao sistema atomista, pois este método pressupõe a estabilidade nos comportamentos, característica do mundo atomista. Sendo assim, o passado se torna um bom guia para prever os comportamentos futuros. Sob um argumento estatístico de impossibilidade de interação entre as variáveis analisadas (o que se observa num sistema econômico orgânico em que agentes e instituições interagem e entre si), se evidencia, então, a impraticabilidade do método indutivo em um mundo organicista. Keynes passa a assumir o sistema econômico como orgânico, o que, conseqüentemente leva a adoção posições dedutivas e modelísticas, mas não ao abandono da indução.

Nem indutivista, nem pluralista, Paiva e Cunha (2008), apontam Keynes como sendo um estruturalista kantiano, sendo Maynard um dos expoentes da estruturação desta corrente na economia. Assim como no cartesianismo, o kantismo é uma espécie de racionalismo, a diferença é que Kant diferencia a **realidade** da nossa **percepção** sobre ela. Kant acreditava na racionalidade dos modelos como ponto de origem do conhecimento, mas não na sobreposição do racional sobre o real, tendo como base da construção científica a **observação**. Diante do impasse causado pela dependência da ciência daquilo que lhe causa ilusão, ou seja, a própria racionalidade, Kant desenvolve a sua *Crítica da Razão*. Keynes não abriu mão da abstração, da racionalidade, o que fica evidente na pretensão de generalidade em sua principal teoria. O que o difere, no entanto, do cartesianismo neoclássico, é que o ponto de partida na elaboração dos modelos é a observação empírica da realidade ao invés do uso exclusivo da dedução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da apresentação de alguns aspectos do método em economia, bem como do método de investigação utilizado por Keynes ao longo de sua obra, seja na *Teoria Geral*, em *Um Tratado Sobre Probabilidade* ou nos *Ensaio de Persuasão*, este trabalho teve como objetivo fazer uma reflexão sobre os aspectos metodológicos do processo de ruptura científica que ficou conhecido como Revolução Keynesiana, mais precisamente, sobre a hipótese de adequação à teoria das *Revoluções Científicas* de Thomas Kuhn. Diante da evidência da discrepância entre Keynes e os pensadores que compunham o *mainstream* à sua época, bem como do apontamento nesta direção pela literatura analisada, assumimos inicialmente esta hipótese como verdadeira.

Primeiramente, observamos que foram elaboradas, ao longo do século 20, diferentes teorias sobre a maneira que a ciência evolui. Segundo Karl Popper, o processo de evolução científica é caracterizado pelo constante embate entre diferentes teorias em que, por meio do falseacionismo, ou seja, a refutação da teoria oposta, podemos demarcar a fronteira entre o científico e o não científico. Imre Lakatos da continuidade ao falseacionismo popperiano, acrescentando a perspectiva histórica à sua análise. Thomas Kuhn, por sua vez, entende o processo de embate popperiano como um evento raro na evolução da ciência. Para Kuhn, a ciência evolui por meio de um processo revolução, em que um paradigma dominante em um estágio de “ciência normal” entra em crise diante de um acontecimento que seu arcabouço teórico é incapaz de explicar, dando, assim, lugar a um novo paradigma dominante.

Em seguida, vimos que a questão do método se mostra contraditória desde o surgimento da economia como ciência com os Fisiocratas e os Clássicos. Para tanto, recorreremos a uma breve exposição da evolução da ciência econômica no que tange os seus diferentes métodos de análise, bem como das diferentes raízes filosóficas associadas aos mesmos. Neste sentido, observou-se que o pensamento neoclássico apresenta raízes no racionalismo cartesiano, enquanto o pensamento keynesiano guarda relação com o estruturalismo kantiano.

Ao adentrarmos a análise específica da Revolução Keynesiana, podemos observar a centralidade dos aspectos metodológicos. Inicialmente apresentamos uma reflexão sobre os pensadores com quem Keynes provoca a sua ruptura, tomando em conta a maneira como o próprio Keynes e outros pensadores que o influenciaram ou o seguiram, como Alfred Marshall e Joan Robinson, os percebiam. Diferente de

Marshall e Robinson, que se apropriavam separadamente de clássicos e neoclássicos, Keynes via ambos como clássicos, teóricos da distribuição do produto dado, enquanto Keynes mesmo seria um teórico da mensuração do produto, para quem a demanda efetiva assume papel central.

Como se já incorporasse as características do distante mundo pós-moderno, Keynes apresenta em sua obra uma visão de mundo evidentemente dissonante em relação aos seus predecessores. Podemos observar processo semelhante no que tange suas conclusões teóricas, o que valida a hipótese, dada uma flexibilização das evidências de inadequação à economia apontadas na seção 3.3, de adequação da Revolução Keynesiana às revoluções científicas kuhnianas. Entretanto, assumindo a centralidade da questão metodológica na ruptura protagonizada por Keynes em relação aos neoclássicos, esta hipótese perde ainda mais força, pois podem ser observadas continuidades, materializadas no seu caráter estruturalista kantiano (de racionalidade com base na observação) entre Keynes e economistas clássicos como David Ricardo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jorge Paulo. Os 50 anos do livro 'A Estrutura das Revoluções Científicas' e a Teoria Econômica Neoclássica. In: Conference of the Iberian History of Economic Thought Association, 8., 2013, Lisboa. **Atas...** Lisboa: Nova School of Business and Economics, 2013.

ARIDA, Pérsio. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica.** In: REGO, José Márcio. *Retórica na Economia.* São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 11-46.

BEAUD, Michel; DOSTALLER, Gilles. **O pensamento econômico de Keynes aos nossos dias.** Lisboa: Afrontamento, 2000.

BENOIT, Hector. **Sócrates: o nascimento da razão negativa.** São Paulo: Moderna, 1996.

BIANCHI, Ana Maria. **Questões de método na Ciência Econômica.** São Paulo: IPE/USP, 1986.

BLAUG, Mark. **Economic Theory in retrospect.** 2nd ed. Homewood: Irwin, 1968.

_____. Kuhn versus Lakatos, or paradigms versus Research Programmes in the History of Economics. **History of Political Economy (HOPE)**, v. 7, n. 4, p. 399-433. 1975.

_____. **The methodology of economics, or how economists explain.** Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, v.29, n. 2 (114): 163-190, 2009.

BRONFENBRENNER, M. The “Structure of Revolutions” in Economic Thought. **History of Political Economy (HOPE)**, v. 3, n. 1, p. 136-151. 1971.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Características essenciais do método em Keynes na Teoria Geral.** In: Gentil Corazza. (Org). *Métodos da Ciência Econômica.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.175-185

CAVALIERI, Marco Antônio Ribas. Como os economistas discordam: um ensaio metodológico sobre o “Contexto da Descoberta” em Economia. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n.2, pp. 373-403, 2007.

CORAZZA, Gentil. Aspectos metodológicos do pensamento de Keynes. In: Encontro Nacional de Economia, 37. 2009, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPEC, 2009

_____.Ciência e método na História do Pensamento Econômico. **Revista de Economia**, v. 35, n. 2 (ano 33), p. 107-135, maio/ago. 2009a. Editora UFPR

COSTA, Ana Maria C. **A economia**: uma ciência sem fronteiras. In: BIANCHI, Ana Maria. Questões de método na ciência econômica. São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 32-52

DE MATTOS, Laura Valladão. Continuidade ou ruptura? Uma análise de alguns aspectos da filosofia social de John Stuart Mill, Alfred Marshall e John Maynard Keynes. **Brazilian Journal of Political Economy** 35 (2), 2015 • pp. 360-383

FERNANDEZ, Brenda Paula Magno. Popper, Hayek e a (im)possibilidade de predições específicas em Ciências Sociais. **Análise Econômica**, v. 37, pp. 129-149, 2000.

FERRARI FILHO, F.; PAULA, Luiz Fernando de. Crise financeira e reestruturação do sistema monetário internacional. **Indicadores Econômicos FEE** (Impresso), v. 37, p. 113-117, 2009.

FERRARI FILHO, F.; TERRA, Fábio. Reflexões sobre o método em Keynes. **Revista de Economia Política**, v. 36, p. 70-90, 2016.

FONSECA, P. C. Dutra. **O Método em Economia**: uma perspectiva histórica. In: REGO, J. M. (org.). Revisão da Crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico. São Paulo: Bial. (1991).

_____. **O método como tema**: controvérsias filosóficas, discussões econômicas. In: Gentil Corazza. (Org). Métodos da Ciência Econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p

FONSECA, Eduardo Giannetti, Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico. In: **Estudos Econômicos**, vol. 26 (2), maio-agosto de 1996, p. 235-259.

KLAMER, Arjo. **Conversas com economistas**. Os novos economistas clássicos e seus opositores falam sobre a atual controvérsia em macroeconomia. São Paulo: Edusp, 1988.

KEYNES, John Maynard (1925). **Essays in Persuasion**. Cambridge: Cambridge University Press For The Royal Economic Society, 2013. (The collected writings of John Maynard Keynes, v.9).

_____. **Teoria Geral, do Emprego, do Juro e da Moeda**. Lisboa: Relógio D'Água, 2010

_____. (1973). **The general theory and after: Part II, defence and development**. Cambridge: Cambridge University Press For The Royal Economic Society, 2013. (The collected writings of John Maynard Keynes, v.14).

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **A Tensão Essencial**. Lisboa: Edições 70, 1989.

LAKATOS, Imre. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Lisboa: Edições 70, 1999

_____. **The Methodology of Scientific Research Programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LIMA, L. A. O.. As Funções IS-LM e a Neoclassização do Pensamento de Keynes. **Revista e Economia Política**, v. 9, p 41-57, 1989.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, S. M. M. **Metodologia da economia e filosofia da ciência**. In: Gentil Corazza. (Org). Métodos da Ciência Econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 207-227.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Valor, preços e distribuição: de Ricardo a Marx, de Marx a nós**. 1998. 452 f. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas., Campinas. 1998.

PAIVA, Carlos Águedo; CUNHA, André Moreira. **Noções de Economia** (Manual do Candidato). 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. v. 1. 452p

POLANY, Karl. **A Subsistência do Homem: e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POPPER, Karl Raimund, Sir. **A lógica da investigação científica**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **A miséria do historicismo**. São Paulo: Cultrix, Ed. Da USP, 1980.

ROBINSON, Joan Violet. **Filosofia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Prólogo. In: Eichner, A. S. (ed.). **Economía PostKeynesiana**. Madrid: Hermann Blume, 1984. pp. 11-25.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

VIEIRA, José Guilherme Silva; FERNANDEZ, Ramón Vicente Garcia . A estrutura das revoluções científicas na economia e a revolução keynesiana. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 36, p. 355-381, 2006.